



**Requerimento nº 63/2010
(Da Sra. Iriny Lopes)**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização do Seminário Emergências Socioambientais e Direitos Humanos: Novos Paradigmas da Prevenção de Desastres, a ser realizado no dia 18 de novembro, com o objetivo de contribuir para a construção de marcos de referência capazes de assegurar os direitos fundamentais das populações que sofrem impactos de situações emergenciais, agravadas pelas mudanças climáticas.

Justificativa

O Brasil é um dos países da América Latina com maior incidência de desastres naturais. Pelo menos 50 episódios de grandes proporções (inundações, deslizamentos de terra, secas etc), ocorreram nesta última década, atingindo 5,2 milhões de pessoas, causando 1.168 óbitos e um prejuízo econômico de mais de US\$3,5 bilhões (EM-DAT, 2009). Em 2008, o Estado de Santa Catarina foi assolado por uma das maiores catástrofes do país. Em 2009, nas regiões Norte e Nordeste, mais de 300 municípios foram atingidos pelas fortes chuvas. Em 2010, mais uma tragédia causou grandes danos em Pernambuco e Alagoas.

Diante do agravamento de tais situações, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados criou, em abril de 2010, um Grupo de Trabalho (GT) sobre Emergências Socioambientais, com participação de deputados e assessores da Comissão, além de representantes de entidades sociais, como o Fórum Social de Defesa Civil, Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, Associação Nacional dos Defensores Públicos, CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, INESC - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, a Cáritas Brasileira, MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos e a CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. O Ministério Público também se faz presente do GT, representado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Ao atender as demandas da sociedade civil e incorporar essa temática entre suas ações continuadas, esta Comissão entendeu que situações de emergência tornam vulneráveis a dignidade e os direitos fundamentais de grandes contingentes da população, merecendo por isso um trabalho estruturante, de modo a contribuir para criar um marco regulatório atualizado e sistêmico para o setor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



O seminário deverá debater propostas de políticas públicas para populações em situação de risco e de vulnerabilidade socioambientais; constituição de um marco legal de Defesa Civil no Brasil; e aspectos importantes da prevenção, atendimento e reconstrução em desastres socioambientais.

Deverão ser convidados a participar instituições públicas (ministérios, secretarias, comissões, etc), organizações não-governamentais, entidades civis, movimentos sociais, representações de igrejas, universidades, além de parlamentares interessados no tema, mesmo não sendo integrantes desta Comissão.

Este Seminário será uma oportunidade privilegiada para discutir formas de o Estado garantir a implementação de políticas públicas adequadas à prevenção de desastres, à proteção civil e aos preceitos humanitários de populações mais vulneráveis.

Sala das Comissões, 04 de novembro de 2010.

Deputada Iriny Lopes
PT/ES